

A caminho de uma gestão eficaz no contexto de avaliação e classificação da informação de arquivo na Administração Pública Portuguesa

Isabel Cristina Guerra Correia Rostami
Maria Cristina Vieira de Freitas

Como citar: ROSTAMI, Isabel Cristina Guerra Correia; FREITAS, Maria Cristina Vieira de. A caminho de uma gestão eficaz no contexto de avaliação e classificação da informação de arquivo na Administração Pública Portuguesa. *In*: JORENTE, Maria José Vicentini; PADRÓN, Dunia Llanes; NASCIMENTO, Natália Marinho do; SOUZA, Gabriela de Oliveira (org.). **Contextos Paradigmáticos da Ciência da Informação e as transformações em suas práticas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 139-176. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-650-3.p139-176>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 4

A CAMINHO DE UMA GESTÃO EFICAZ NO CONTEXTO DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE ARQUIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA¹

Isabel Cristina Guerra Correia ROSTAMI

Maria Cristina Vieira de FREITAS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Numa perspetiva contemporânea e sob o ponto de vista da Arquivística, Oliver (2015 *apud* Borges e Freitas, 2020, p. 224), realça que as atividades de gestão apoiam-se no trabalho conjunto e no uso de abor-

¹ O presente capítulo é uma versão atualizada de estudos prévios, realizados para a elaboração do trabalho de projeto de Mestrado em Ciência da Informação, defendido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e no projeto de intervenção desenvolvido no Arquivo da Universidade de Coimbra, concretizado pela sua primeira autora. A segunda autora é, desde 2014, membro representante da Universidade de Coimbra, no âmbito do Projeto de Gestão Documental nas Instituições de Ensino Superior portuguesas, que visou produzir e aprovar dois instrumentos: uma Portaria de Gestão Documental [PGD-IES] e um Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada [RADA-IES]. Também foi nomeada por despacho reitoral, em outubro de 2021, para coordenar uma equipa de trabalho constituída para desenvolver instrumentos reguladores do processo de gestão de documentos e de dados pessoais, na Universidade de Coimbra, cujos resultados foram entregues em outubro de 2022. Presentemente, é diretora do Arquivo da Universidade de Coimbra e do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-650-3.p139-176>

dagens integradas, para tornar eficiente e eficaz o controlo dos documentos e das informações vitais para a memória das organizações.

Como sabemos, eficiência e eficácia não são termos sinónimos, mas correlacionados. Genericamente, o termo eficiência remete para o modo como se obtém determinado resultado, isto é, para a melhor forma de se atingir determinado objetivo. Por sua vez, o termo eficácia refere-se ao facto de se atingir ou não o objetivo, sendo relevante, sobretudo, ao nível institucional estratégico, importando, não só fazer bem aquilo que se faz, mas também fazer aquilo que deve ser feito (Robalo, 1995).

Neste estudo, iniciamo-nos na busca de evidências da eficácia em diferentes contextos da história intelectual recente da Arquivística nacional e internacional, passando pela análise de documentos e de projetos técnicos enformadores das ações por trás da gestão da informação pública de arquivo, em Portugal, tendo, para este efeito, sido consultados aqueles que, pela relevância e pelos resultados obtidos, foram considerados essenciais para o estudo. Como complemento, também foram consultados dispositivos normativos nacionais ou internacionais, balizadores de ações nessas matérias. Para melhor compreender e compor o quadro teórico-conceitual, foram selecionados referenciais teóricos incontornáveis da Arquivística internacional, em cuja obra foram realizadas incursões. Para finalizar, foram proporcionadas exemplificações da aplicação de instrumentos usados para classificar e avaliar, na contemporaneidade, a informação pública de arquivo produzida e acumulada pelas instituições da Administração Pública [AP] portuguesa.

2. ENTRE A ARQUIVÍSTICA CLÁSSICA E A FUNCIONAL: DO PRIMADO DO DOCUMENTO AO PRIMADO DA INFORMAÇÃO, ENTRE OUTRAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Sendo uma área do saber, a Arquivística é o resultado do processo histórico de transformações por que passou, relacionando-se com os

contextos sociais, políticos e económicos de onde emerge (Schmidt; Mattos, 2020).

A tradição arquivística foi influenciada pelo positivismo historiográfico, pelo racionalismo lógico e até mesmo pelo darwinismo, tendo estas correntes ideológicas conduzido a uma visão dos arquivos como entidades estáveis, simples, incontestáveis e que refletem a realidade (Lane; Hill, 2010). Esta visão, suportada no princípio da proveniência, teve implicações na forma como os arquivos eram tratados, arquivisticamente, no passado.

Não será excessivo recordar que a história intelectual da Arquivística (cf. Ridener, 2009) inicia a sua jornada mesmo antes de se ter firmado enquanto disciplina técnica e científica (Duranti, 2005, *apud* Schmidt; Mattos, 2020, p. 29). Ao longo do século XX, consolidam-se, reforçam-se e modernizam-se teorias, métodos e práticas de uma disciplina que caracterizar-se-ia, na sua fase clássica, pelos novos usos para o documento de arquivo; pelo estabelecimento do princípio de respeito pelo fundo; pela própria ideia de fundo; pelo princípio da proveniência e da ordem original; pelo sistema de registo; pela organicidade; pela custódia; pela ordenação e descrição (Schmidt; Mattos, 2020). As abordagens modernas continuariam o seu percurso até a década de 1980, introduzindo a gestão de documentos modernos; a teoria das três idades; o ciclo de vida dos documentos; os valores dos documentos; a avaliação dos documentos; a classificação funcional. Finalmente, na última década do século XX, assistir-se-ia ao alvorecer das correntes contemporâneas da Arquivística (Schmidt; Mattos, 2020).

Entendemos que no seguimento do antes sustentado, os primeiros manuais e iniciativas que denotam alterações na forma como se concebem os arquivos surgem entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Assim,

[a]djetivos como “vivo”, “dinâmico” e “ativo” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nos arquivos de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmo. O discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade e as empresas, dos investimentos feitos foi um dos moes dessa abordagem (Araújo, 2013, p. 65).

Neste conspecto, pode dizer-se que o caminho foi aberto no sentido da problematização das funções dos arquivos. É nesse contexto que se desenvolveram as teorias funcionalistas da Arquivologia, ao longo do século XX (Araújo, 2013, p. 65).

Consideramos que a dissolução da separação entre arquivos históricos e arquivos administrativos se fez paulatinamente a partir do início do século XX, aliada à questão das funções dos arquivos e da eficácia. Este foi, contudo, um caminho conturbado e controverso, trilhado, não sem antes se ter acentuado a diferenciação entre a visão “tradicional” da Arquivística, no seu pendor histórico, e a gestão documental ou *records management*, que procuraremos, ainda que a traços largos, referir.

Ao consultarmos a obra *Archivistica*, de Eugenio Casanova, com data de 1928, consideramos que Araújo (2013) tem muita razão quando interpreta que o autor não separa o arquivo administrativo do arquivo histórico - porque entende ser o segundo uma consequência do primeiro. Defende, porém, uma perspectiva tripartida da Arquivística, relacionada:

i) à administração das instituições arquivísticas; ii) à organização interna dos documentos; iii) à natureza jurídica dos arquivos e aos serviços (Casanova, 1928 *apud* Araújo, 2013, p. 66). O mesmo manual refere que também é função dos arquivos, recolher, tratar e preservar os documentos “com um menor esforço, poupando trabalho, e utilizando com o máximo de economia as instalações, o pessoal, o tempo e administrando os custos” (Casanova, 1928 *apud* Araújo, 2013, p. 66). Neste período, situado entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra, assistiu-se, como sabemos, ao aumento da produção de documentos e, conseqüentemente, da preocupação com a avaliação documental, como necessidade imperiosa e inseparável da questão da eficácia nas organizações. No entanto, como faz notar Araújo (2013), esta atividade estava atribuída ao organismo produtor, não sendo esta uma função do arquivista. T. R. Schellenberg, ao introduzir os conceitos de valor primário e de valor secundário, também contribui para reforçar a ideia de conservação do máximo de informação com o mínimo de documentos. Conseqüentemente, surge um novo campo da Arquivística: a *archival appraisal* (Araújo, 2013). Decorre, ainda, da necessidade de controlar o crescimento da produção documental o aparecimento do mode-

lo *records management*, isto é, a gestão de documentos arquivísticos com a intervenção a iniciar-se logo na fase da produção e da tramitação dos documentos nos serviços produtores/recetores. Tal modelo, está, por isso mesmo, muito ligado à Administração, tendo marcado esta diferenciação, não raro percebida como rutura, com a Arquivística, até então mais voltada para a documentação histórica (Freitas, 2024; Schmidt; Mattos, 2020; Araújo, 2013).

Já em 1939, T. R. Schellenberg percebera as dificuldades em aplicar a teoria e a prática arquivística europeia à gestão documental nos Estados Unidos da América, no artigo *European Archival Practices in Arranging Records*. Mas, é a sua obra intitulada *Modern Archives: Principles and Techniques*, datada de 1956, que irá tornar-se o manual pelo qual os profissionais de arquivo norte-americanos passarão a pautar o seu trabalho. A avaliação e a classificação são funções fulcrais no trabalho arquivístico que o autor entende estarem correlacionadas. A classificação é para T. R. Schellenberg (1996) *basic to the effective management of current records* (p. 52) [sublinhados nossos] e *[i]f records are classified to reflect organization and function, they can be disposed of in relation to organization and function* (p. 52) [sublinhados nossos]. Por conseguinte, *the method of classification provides de basis for preserving or destroying records selectively after they have served the purpose of current business* (p. 52) [sublinhados nossos]. Mais recentemente, a norma NP4438-1-2:2005, define a gestão de documentos de arquivo como o “campo da gestão responsável por um controlo eficiente e sistemático da produção, recepção, manutenção, utilização e destino dos documentos de arquivo, incluindo os processos para constituir e manter prova e informação sobre actividades e transacções” (Instituto Português da Qualidade [IPQ], 2005a, p. 10) [sublinhados nossos]. Nota-se assim a presença de um léxico próprio a emergir e a aproximar o trabalho arquivístico dos ofícios da administração de arquivos. De um tal léxico, naturalmente, não se encontrariam apartados vocábulos como eficácia, eficiência, atividades e transações.

Ao crescimento exponencial da produção de documentação e ao desenvolvimento tecnológico juntam-se outros fatores que vão marcar as formulações teóricas na Arquivística a partir da década de 80 do século

XX. Se as abordagens modernas se desenvolveram a partir do trabalho em “documentos modernos”, por oposição aos “documentos históricos”, mas todos em suportes analógicos, com o surgimento de novos suportes documentais os desafios com que a Arquivística se depara multiplicam-se. A Arquivística é confrontada com novos usos, valores e funções dos documentos. Tal como a sociedade, também a Arquivística se complexifica.

No Canadá, na década de 80 do século XX, surge a Arquivística Integrada, que tem entre os seus principais representantes Carol Couture, Jean-Yves Rousseau e Jacques Ducharme. Esta corrente propõe a superação da divisão criada pela Arquivística moderna americana entre *records* e *archives* e pretende reconduzir a Arquivística a disciplina científica. Defende que a gestão da informação deve subsidiar a gestão de documentos e a união do valor primário e do valor secundário dos documentos, para uma “definição expandida de arquivo” (Tognoli; Guimarães, 2010, p.16). A ideia do “salto paradigmático” (Taylor, 1987) entra na agenda teórica da Arquivística, a partir deste ponto.

Em 2009, M. C. V. de Freitas dava conta da importância de interrogar “sobre o que de fato vemos transformar-se em face deste suposto novo “paradigma”², adiantando que “[s]egundo os seus intérpretes, alteram-se sensivelmente as formas de relacionamento com um igualmente novo fator de produção e, ao mesmo tempo, produto – a informação – que, juntamente com o conhecimento, passa a situar-se no centro de um eixo em torno do qual se desloca toda a sociedade – a sociedade da informação” (p. 11), tendo os pilares da Arquivística “sido profundamente sacudidos e abalados por estas transformações radicais (...)” (p.11). A este respeito, Corujo (2021) defende que a Arquivística de hoje, Contemporânea, é já o resultado do salto epistemológico/teórico do primado do documento para o primado da informação, ou, de outra forma, do analógico para o eletrônico. De igual modo, Tognoli (2010, p. 57) refere que ali se verificou uma mudança de paradigma no que concerne às perspectivas de organização do conhecimento arquivístico, tendo o aparecimento da corrente Arquivística

² A Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, v. 3, p. 1332, faz referência a “Paradigma” da seguinte forma: “Em história da ciência o termo foi introduzido por T. Kuhn na obra A Estrutura das Revoluções Científicas designando uma teoria ou sistema aceites por uma comunidade científica e que durante algum tempo orienta a sua actividade. Inclui quer regras metodológicas, quer elementos axiológicos e metafísicos.”

Funcional ou Pós-Moderna como objetivo “defender e repensar os princípios, conceitos e métodos basilares da disciplina, para que possa adaptar-se e sobreviver na contemporaneidade”.

É neste preciso sentido que caminha a acima referida corrente Arquivística Funcional ou Pós-Moderna. Ela assume a influência do sujeito na produção documental e, por conseguinte, o documento deixa de ser considerado um constructo imparcial e neutro, como a Arquivística *jenkin-soniana*, de orientação positivista, no passado assim o quisera. A análise funcional introduz elementos de mudança (Freitas, 2009) absolutamente necessários. No comentário de Tognoli e Guimarães (2010, pp. 7-10), ela centra-se no processo de criação do documento e não no documento, considera o documento digital e as novas formas de produção documental, propõe a macroavaliação e a análise do contexto de produção, torna o conceito de fundo mais dinâmico³. Resumindo as contas, a Arquivística Funcional tem como antecedentes a redescoberta e reinterpretação da proveniência por arquivistas canadenses, tendo sido este um processo “fundamental para a compreensão dos processos de criação e organização dos registros, e para os contextos em que esses documentos foram gerados” (Tognoli, 2010, p. 65).

Recorde-se, porém, o inevitável e nimiamente conhecido apontamento de Peter Scott, que, já em 1964, propusera o abandono da abordagem *record group* e a adoção do sistema de séries, por considerar que não era capaz de refletir a realidade da criação e do uso de documentos em ambientes com mudanças administrativas complexas, em que a múltipla proveniência é um fenómeno frequente. Propusera, ainda, uma abordagem da classificação que permitisse, através de estratégias de descrição, espelhar a natureza dinâmica da criação de documentos e que qualquer conjunto de documentos pudesse ser visto por várias vertentes contextuais (Schmidt; Mattos, 2020). Ali, esteve presente a raiz do modelo intitulado *Records Continuum* (Freitas, 2024; Cunningham, 2016). Recorde-se, ademais, que a contestação ao princípio da proveniência ocorreu e acentuou-se com o desenvolvimento tecnológico e informático e com as dúvidas e questionamentos daí advindos (Ridener, 2009).

³ Terry Cook, Hugh Taylor e Tom Nesmith são alguns dos representantes desta corrente.

A questão do contexto de produção surge, assim, em nosso entender, de forma inevitável, uma vez que os ecossistemas informacionais contemporâneos são híbridos e por isso mais complexos. Levantam problemas de documentabilidade, autenticidade, fidedignidade, organicidade e interoperabilidade, exigindo intervenções pensadas de forma estratégica (Freitas, 2009).

Relacionada com a necessidade de considerar o contexto em que a produção de documentos surge na Arquivística Funcional e de atingir uma maior eficácia, a macroavaliação, sendo o objeto de que aqui nos ocupamos no âmbito da avaliação da informação de arquivo, aparece como a *form of functional analysis that seeks to enhance and ensure appraisal accountability, compliance, and performance (measurable results against stated goals) and is based on sound theory relevant for our time* (Robyns, 2014 *apud* Society of American Archivists [SAA], 2024). O mesmo *Dictionary of Archives Terminology* define macroavaliação como *an analysis of the functions of an organization to determine the relative importance of those activities and set priorities for documentation* (SAA, 2024). Já bem antes, como reconhecido e citado (SAA, 2024), Terry Cook (1996) entendera que:

[b]y concentrating on the functional and records universe as a whole rather than on a portion of it, by advocating a top-down approach based on functional analysis rather than a bottom up, empiricist analysis based on the search for “value” in records, macro-appraisal provides a sense of direction, a strategy, and a theoretical basis for coping with the voluminous and very fragile records of complex modern organizations.

Ainda, mais adiante, voltaria a referir-se à macroavaliação como:

[...] a combined theory, strategy and methodology for performing archival appraisal. It was developed in the context of the challenges of voluminous paper records of a modern, complex, heavily regionalised national government and the crisis of preserving electronic records, both in large database and automated office formats (Cook, 2004 *apud* SAA, 2024).

Neste ponto de viragem, encontrar-nos-emos com uma Arquivística em busca, não apenas de uma eficácia administrativa - marcada por tentativas muitas vezes drásticas de eliminação (in)justificada de documentos - , mas também com uma Arquivística votada à memória social, coletiva, que pretende preservar porções cada vez mais expressivas e representativas da Administração e da Sociedade, de uma forma efetiva, eficiente, ou seja, fazendo mais e melhor, cumprindo os seus objetivos sociais e suportando-se na abordagem considerada adequada para o fazer.

Dados os seus valiosos contributos, Anne Gilliland reconhece que Terry Cook e os Arquivos Nacionais do Canadá, onde trabalhava, foram pioneiros na aplicação da macroavaliação, na década de 90 do século XX (2014 *apud* SAA, 2024). Na década posterior, no continente europeu, onde, naturalmente, se inclui Portugal, encontramos fortes ecos de teorias e práticas procedentes do modelo de macroavaliação canadiano, propostas para serem aplicadas, sobretudo, ao contexto da AP.

3. QUADRO NORMATIVO, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E “MUDANÇA DE PARADIGMA” NA CLASSIFICAÇÃO E NA AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

Iniciando o percurso por aquele que viria a ser o campo normativo, constatamos a criação, pela mão da *International Organization for Standardization* [ISO], em 1998, da comissão TC46/SC11 *Archives / Records Management*⁴, encarregue de elaborar normas técnicas na área da gestão documental (Bustelo Ruesta, 2012). No entanto, a chegada da gestão documental àquela Organização foi considerada tardia, quando comparada com outras áreas de atividade, especialmente se se considerar a publicação da ISO 15489:2001 como marco inaugural. A normalização não era, então, prioritária, tendo o trabalho arquivístico ficado muito circunscrito às atividades de descrição arquivística e às regras emanadas

⁴ Consultável por aqui: <https://www.iso.org/committee/48856.html>

de documentos normativos publicados pelo Conselho Internacional de Arquivos [CIA] (Bustelo Ruesta, 2012).

Assim, no âmbito da normalização internacional, na área dos arquivos, a primeira orientação de peso emanada da TC46/SC11 terá sido definida pela ISO 15489:2001, traduzindo-se esta pela ideia de inclusão, na gestão documental, de processos e controlos documentais, logo desde a criação do documento ou até mesmo antes da sua produção e tendo como principal objetivo *la integración de la gestión documental en los procesos de trabajo* (Bustelo Ruesta, 2012, p. 43). Verifica-se, assim, a necessidade de um afastamento de práticas que até então prescreviam - ou postergavam - a realização de atividades de organização e de representação da informação, para um momento posterior à integração dos documentos nos arquivos tidos como definitivos. Conforme adiante se verá, a identificação e o mapeamento dos processos desenvolvidos nas organizações seriam contemplados alguns anos mais tarde, pelo Informe Técnico ISO TR 26122, datado de 2008.

Moro Cabero e Llanes Padrón (2018) avançam com a ideia de que o conjunto de normas de que fazem parte a ISO TR 26122:2008 e a ISO 15489:2001 respondem à necessidade de *construir, implementar e certificar calidad y excelencia empresarial* (Moro Cabero; Llanes Padrón, 2018, p. 214), uma vez que grande parte dos arquivos são entendidos como *unidades y centros de información cuya administración está sujeta a rendición de cuentas, en las que se incluye un interés por demostrar gestión de calidad y excelencia* (Moro Cabero; Llanes Padrón, 2018, p. 214). E citam Smit (2013), para referirem o novo perfil profissional que o arquivista deverá assumir, à cautela destas normativas: tornar-se também ele/ela um gestor da qualidade (Smit, 2013 *apud* Moro Cabero; Llanes Padrón, 2018, pp. 216-217).

Também em Portugal, a relação dos arquivistas e da Arquivística com a normalização esteve inicialmente vocacionada para a descrição em arquivos, com recurso às normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), emanadas do CIA, e para a gestão documental, balizada pela publicação de portarias institucionais de avaliação, seleção e eliminação de documentos. Freitas (2012) identificou alguns desses marcos da normalização desenvolvidos

pela autoridade arquivística nacional⁵, destacando, nomeadamente, o “Manual para a gestão de documentos”, tendo considerado muito válidos os esforços desta entidade, sobretudo entre a última década do século XX e a primeira década do século XXI, voltados para a publicação de instrumentos “capazes de regular e orientar as práticas de gestão documental no país, quer seja nos arquivos convencionais, quer seja nos arquivos eletrônicos” (p. 173).

Na Europa, será, sem dúvida, no início do século XXI que se assistirá ao grande aumento de publicações normativas, num movimento impulsionado pelo ambiente digital e pela *necesidad de interconectividad e interdependencia, y la presión cada vez mayor para el acceso a la información y la transparencia en las organizaciones* (Bustelo Ruesta, 2012, p. 42).

O aparecimento, em Portugal, da NP 4438-1-2, em 2005, será um marco para a gestão documental / informacional. A Norma apresenta-se como um guia que contribui para a gestão dos documentos numa perspectiva funcional e em consonância com as normas de Qualidade, ISO 9001 e ISO 14001. O seu aparecimento decorre da produção internacional da ISO 15489-1, tendo esta originalmente resultado, como sabemos, da necessidade de disciplinar a situação caótica vivida nos arquivos australianos⁶. Quanto à sua orientação metodológica, segundo a análise de Sousa (2022):

o vetor de propagação da abordagem funcional e da análise funcional foi a primeira versão, de 2001, da norma ISO 15.489-1, que recomendava, visivelmente, que o desenvolvimento do plano

⁵ Primeiramente, Direção-Geral dos Arquivos [DGARQ] e, posteriormente, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas [DGLAB].

⁶ Como sabemos, a evolução da Arquivística nos Estados Unidos da América e Austrália não pode ser dissociada do facto dos documentos da Administração se encontrarem, nestes países, muito mais desorganizados e de não se ter colocado em prática, por não se aplicar, os princípios do respeito pelo fundo e da proveniência, como acontecia na tradição secular da Arquivística europeia - que tinha já fornecido o enquadramento teórico e conceitual necessário ao trabalho arquivístico. Deste modo, o aparecimento de conceitos como *records group*, *records management* e *archival appraisal* forneceu aos arquivistas americanos e australianos as ferramentas necessárias para a resolução de um problema urgente. Tanto assim, que, em 1947, o Congresso americano cria um grupo específico destinado ao problema da *records management*. E, em 1950, através da promulgação da Lei de Arquivos pelo governo norte-americano fica estabelecida a “doutrina” da *Records Management* que priorizava a eficácia administrativa, distinguindo-a da abordagem teórica e metodológica dos *documents* - documentos com valor histórico. Para uma muito atual e completa abordagem teórico-histórica da proposta de avaliação, na ótica australiana, sugere-se a consulta de Silva e Parrela (2024).

de classificação de documentos de arquivo fosse baseado em uma análise de funções, atividades e processos de trabalho. Em seguida a ISO 26122:2008, intitulada *Análise dos processos de trabalho para a gestão de documentos*, trouxe orientações sobre como proceder a uma análise funcional das organizações. (p. 7) [a itálico, no original]

Em termos estruturais, a NP 4438-1-2:2005 apresenta um conjunto de recomendações úteis na implementação de sistemas de gestão documental, assegurando que os documentos são criados, organizados e arquivados de forma pertinente, cumprindo objetivos de eficiência [e eficácia] organizacional, contemplando, para o efeito, entre outras, as seguintes ações: (i) determinação dos documentos que devem ser produzidos em cada processo de negócio e da informação que devem conter; (ii) decisão sobre a forma e a estrutura dos documentos a produzir e integrar no sistema de arquivo e sobre tecnologias a utilizar; (iii) “identificação e avaliação de oportunidades para melhorar a eficácia, eficiência ou qualidade dos processos, decisões e acções, nomeadamente quando tal possa resultar de uma mais adequada produção ou gestão de documentos de arquivo.” (IPQ, 2005a, p. 14) [sublinhados nossos]

Como se nota, no excerto anterior, esta norma possui toda uma nomenclatura própria e volta-se para a questão da eficácia das organizações e dos arquivos. Considerando ser este um tema atual e premente nas políticas de modernização administrativa do Estado, cremos ser também esta uma discussão que convém acompanhar.

A necessidade de reformas na AP e, consequentemente, de modernização administrativa concretizou-se em dois momentos importantes, que pela mão de C. G. da Silva, estudioso da matéria, trazemos à colação. Inicialmente, a Lei de Bases da Reforma Administrativa do II Governo Constitucional, de 1978, instituiu como “objetivos a racionalização dos circuitos, a comodidade do público, a simplificação de processos [e de procedimentos], a generalização dos serviços de informação e a desburocratização dos serviços” (Silva, 2008, p. 3). Mais tarde, entre os anos de 1983 a 1985, o IX Governo Constitucional centrou-se na satisfação das necessidades dos utentes e no reconhecimento dos seus direitos. Prevvia-se, para esse efeito, a adoção de sistemas que permitissem ter conhecimen- to sobre o

andamento e resolução dos processos e realizar reclamações, preconizando a melhoria e a valorização dos serviços de atendimento e a prestação generalizada dos mesmos aos cidadãos (Silva, 2008)⁷.

Nesta questão da modernização administrativa, ainda que os objetivos estabelecidos nos diferentes momentos não sejam muito diferentes, assistiu-se a uma evolução da terminologia e da semântica. Para Silva (2008), o conceito de modernização administrativa enquanto “prestação de serviço eficaz, atendimento humanizado, satisfação atempada e célere das solicitações dos utentes” (p. 4) evolui ao encontro do que preconiza a Qualidade - que perspetiva a ligação entre a administração e os administrados como uma relação entre as organizações e os seus clientes⁸. Por conseguinte, a partir da década de 90 do século XX, a Qualidade passa a integrar o léxico das políticas de modernização e de reforma administrativa, aliada, agora, ao *eGovernment* (Sociedade da Informação) e ao “Plano Tecnológico”⁹. Paralelamente, surge legislação que tem como objetivo a normalização de processos e procedimentos. A Arquivística e os arquivistas portugueses não estiveram alheios a este contexto, passando a incluir esses temas nas suas preocupações e nas agendas de pesquisa e de trabalho (Silva, 2008).

No que respeita à forma como o órgão coordenador nacional acompanhou esses assuntos, segundo Pedro Penteado (2015), que constitui um importante referente para o estudo dessas matérias, em 2005 tem início uma “mudança de paradigma” na política arquivística nacional, desencadeada pelo diagnóstico aos arquivos intermédios da administração central, realizado uns anos antes. O diagnóstico permitiu identificar “um conjunto de práticas deficitárias na gestão da informação arquivística, que era necessário alterar rapidamente” (p.123). Nesse sentido, foi desenhado pela en-

⁷ Segundo Silva (2008), tal reforma passaria pela simplificação e desburocratização, sofrendo um grande avanço, em 1986, com a criação do Secretariado para a Modernização da Administração [SMA]. O SMA privilegiou a inovação e modernização administrativa pública, através de medidas que tinham como objetivos: a melhoria do atendimento e da informação prestada ao cidadão e a simplificação de formulários, processos e procedimentos (Silva, 2008).

⁸ Ainda, segundo Silva (2008, p. 4), a Qualidade, pelo menos desde 1999, é entendida como “uma filosofia de gestão que permite alcançar uma maior eficácia e eficiência dos serviços, a desburocratização e simplificação de processos e procedimentos e a satisfação das necessidades implícitas do cidadão”.

⁹ Cujo documento de apresentação pode ser consultado em: <https://anibalcavaco-silva.arquivo.presidencia.pt/archive/doc/PlanoTecnologico.pdf>.

tão DGARQ um conjunto de estratégias para promover a qualificação dos sistemas de arquivo nacionais. Penteadó (2015) elenca os seis eixos estratégicos e as medidas incluídas em cada um deles, dos quais apenas citaremos aqueles diretamente relacionados com as matérias de que nos ocupamos.

Neste sentido, relativamente ao primeiro eixo, que teve como linha de ação a “Definição de políticas e planos nacionais e participação em programas de apoio dos arquivos”, Penteadó (2015) acaba por concluir que nenhum dos estudos que promoviam a modernização administrativa no setor da informação e dos arquivos deu origem a legislação publicada, embora tenham sido realizados vários estudos “com o objetivo de proceder à renovação da legislação arquivística e à superação das suas lacunas e incoerências, de acordo com as principais tendências e normativos internacionais neste domínio” (p. 123). O autor destaca, no entanto, alguns estudos traduzidos em publicações relevantes que aí tiveram origem, a saber:

(i) o estudo “Recomendações para uma gestão da informação responsável e valorizada”, que tinha como objetivo “garantir requisitos obrigatórios de qualidade e fidedignidade dos sistemas de arquivo dos organismos públicos, de acordo com as normas da família ISO 30300:2011” (Penteadó, 2015, p.123); (ii) a NP 4438-1-2:2005; (iii) o Modelo de Requisitos [MoReq], datado de 2010¹⁰; a (iv) ISO 14721:2003; (v) o instrumento Metainformação para a interoperabilidade semântica (MIP); e, por fim, (vi) a Macroestrutura funcional (MEF)¹¹. O autor refere, ainda, “políticas específicas, como a de preservação digital, centrada no “Repositório de Objetos Digitais Autênticos” [RODA], concebido com base no modelo OAIS (*Open Archival Information System*, da ISO 14721) (Penteadó, 2015, p. 123), bem como a tradução de obras e de documentos técnicos de suporte a estes referenciais, como foi o caso do estudo *Electronic Records: a workbook for archivists*, do CIA.

No que concerne ao “Desenvolvimento de ações especiais de supervisão”, terceiro eixo estratégico descrito por Penteadó (2015), verifica-se a inclusão da ISO 19011:2011 nas auditorias realizadas a entidades

¹⁰ Modelo europeu que define os requisitos para a gestão de registos eletrónicos num sistema de gestão documental. Definição disponível em <https://apdsi.pt/glossario/m/ modelo-moreq/>

¹¹ Estes dois últimos instrumentos serão abordados mais adiante.

da AP, competência que o organismo coordenador adquiriu em 2008. O sex- to eixo estratégico, por sua vez, faz referência ao “aprofundamento de soluções e instrumentos transversais de gestão de documentos”, com o desenvolvimento de um projeto cooperativo e incremental “que permitiu a identificação e descrição dos processos de negócio transversais” (Penteado, 2015, p. 126) à Administração Central do Estado e à Administração Local, assunto que examinaremos adiante.

Sem muita dificuldade, verifica-se que a AP portuguesa se tem confrontado com a necessidade de desenvolver processos e produtos que permitam a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação dos seus organismos. Isso ocorre, na medida em que os modelos de gestão circunscritos a uma única organização vão sendo ultrapassados e substituídos por sistemas de informação integrados, que permitem a utilização de plataformas comuns na tramitação dos processos. No seguimento das palavras de Lourenço, Henriques e Penteado (2012), consideramos que a AP deixou de se centrar em si própria e de se ter como finalidade, passando a encarar-se como um sistema destinado a prestar serviços ao cidadão e também às empresas. Há ainda a considerar que a interoperabilidade entre as diversas administrações públicas e os seus serviços eletrónicos é, desde há duas décadas, uma prioridade para a União Europeia [UE], que tem desenvolvido “legislação, políticas, estratégias, programas, documentos orientadores e instrumentos que promovam a implementação generalizada de mecanismos de interoperabilidade”¹² (Lourenço *et al.*, 2012, p. 2). Nesse entendimento, os organismos da AP são incitados a aderir a plataformas comuns ou a subscrever sistemas de informação capazes de comunicar com outros sistemas (Lourenço *et al.*, 2012).

Na prossecução desses objetivos, ao nível da UE estabeleceram-se quatro patamares de interoperabilidade, a saber: jurídica, organizacional, semântica e técnica. A DGLAB¹³ entendeu ter um papel particular na interopera-

¹² Vide: Decisão n. o 922/2009/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009, sobre soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias (ISA) (Texto relevante para efeitos do EEE) (OJ L 260 03.10.2009, p. 20, ELI: <http://data.europa.eu/eli/dec/2009/922/oj>).

¹³ A DGLAB é o órgão responsável pela execução e coordenação da política ar- quivística nacional. No espaço das suas competências enquadram-se: a participação em projetos governamentais no âmbito do governo eletrónico, a racionalização e o apoio a sistemas de arquivos organizacionais no setor Público (DGLAB, 2023).

bilidade semântica, desenvolvendo o Programa Administração Eletrônica e Interoperabilidade Semântica [PAEIS] e articulando as políticas nacionais de modernização administrativa, aliando-as às políticas europeias.

O PAEIS veio então dar continuidade a um conjunto de instrumentos de apoio à gestão integrada de documentos na AP iniciados pela DGARQ. Entre eles, no âmbito do desenvolvimento de soluções de interoperabilidade semântica para a AP, a DGARQ formalizou, em 2006, o Programa “Governo eletrônico e interoperabilidade”.

O primeiro projeto a vingar nesta linha de orientação foi o MIP (Metainformação para a Interoperabilidade), concretizado em 2007, que consistiu na definição de um perfil de metainformação para a gestão integrada dos documentos que circulam na Administração. Trata-se de um esquema de metainformação que reúne um núcleo base de elementos aceites e aplicáveis por diferentes serviços de informação e que asseguram suficiente informação descritiva para um reconhecimento uniforme do recurso (Lourenço *et al.*, 2012). Em suma, consiste num “conjunto de elementos de metainformação compilados pela DGARQ com o intuito de suportar a interoperabilidade semântica no contexto da produção de informação dentro do Governo Eletrónico” (Lourenço; Henriques; Penteado, 2013, p. 4). O segundo momento do Programa antes referido, consistiu na normalização de valores para os elementos que identificam o recurso de informação, dando particular atenção ao elemento “código de classificação”, uma vez que é essencial para os processos de gestão da informação no setor público, para a troca de informação entre os serviços e para o processo de avaliação arquivística (Lourenço *et al.*, 2012).

Envolto nesse mesmo processo, inicia-se, em 2007, pela mão da DGARQ, o projeto Macroestrutura Funcional para a Administração Central do Estado (MEF-ACE). A MEF, como é conhecida, enquanto representação conceitual de funções desempenhadas por organizações do setor público, desenvolve-se por níveis, numa estrutura hierárquica, em que as instâncias de primeiro nível representam as funções dos organismos e as instâncias de segundo nível representam as subfunções em que as primeiras se decompõem. A estes, segue-se ainda um terceiro nível em que são representados os processos de negócio. Finalmente, no quarto nível, em caso de

haver e a título excepcional, são representadas as subdivisões dos processos de negócio que necessitam de ser distinguidas para efeitos de avaliação.

Considerando a sua relação com o predecessor MIP, a MEF constitui a normalização do elemento obrigatório, correspondente, no MIP, ao “código de classificação”. O seu propósito fundamental será identificar o posicionamento do recurso de informação no contexto funcional que o organismo desempenha, tendo este contexto de ser entendido transversalmente e numa perspetiva interorganizacional (Lourenço *et al.*, 2013, p. 4). Com este documento, pretende-se atingir três objetivos principais, que passamos a citar, tal como no documento consultado:

1. [d]isponibilizar um esquema de organização das funções da Administração, com uma sintaxe e significados passíveis de serem compreendidos da mesma forma por todos os serviços públicos, o qual deverá ser adotado em todos os organismos da Administração do Estado na classificação da sua informação/documentação de arquivo;
2. [p]otenciar uma maior eficácia na gestão da informação do sector público, facilitando a integração de sistemas informacionais, incrementando a partilha de recursos e serviços (como por ex. o serviço de classificação, partilhado entre sistemas, segundo o modelo do MOREQ 2010, como referenciado anteriormente) e alargando os níveis de acesso e de transparência;
3. [c]onsolidar a perceção externa de um *know-how* específico da Arquivística e firmar a posição dos arquivistas como parceiros necessários na qualificação dos processos de modernização administrativa e governo eletrónico (Lourenço & Penteado, 2017, s.p.).

Torna-se claro que o órgão coordenador nacional procura assim cumprir uma das funções arquivísticas imprescindíveis no desenvolvimento de instrumentos que visam a interoperabilidade semântica: a classificação.

Partindo deste pressuposto, adentramos pela análise de um outro projeto que decorre da MEF e que é explanado no documento produzido pela DGLAB: “Orientações básicas para o desenvolvimento dos 3.ºs níveis em planos de classificação conforme à macroestrutura funcional”. De acordo com este documento, a MEF é um modelo conceitual que serve de instrumento de trabalho que vem possibilitar, posteriormente, a harmoni-

zação dos processos de negócio das diferentes entidades da AP (Lourenço *et al.*, 2013). Consideramos que a introdução do termo “processo de negócio”, no terceiro nível de classificação, conforme dissemos mais atrás, é também reveladora da opção pela classificação funcional - ao introduzir a atividade (*activity*), que se reflete no termo “negócio” e se materializa no “processo de negócio”, sendo este último definido do seguinte modo: “conjunto estruturado de atividades que produzem um produto ou serviço, no exercício de uma função, sobre agentes, relativo a objetos e em determinado contexto” (Lourenço *et al.*, 2013, p. 15). Mas não será apenas isto a estar em causa, porque, como referimos anteriormente, será esta abordagem também reveladora do peso que a Qualidade passará a ter na Arquivística, enquanto interveniente relevante para a prossecução de políticas de modernização administrativa nos Estados e nas organizações.

Se bem observamos, a própria definição de classificação funcional - *a system for organizing materials on the basis of activity or program (function) ou [t]he process of placing materials into such a system* (SAA, 2024) - dá consistência à opção pelo esquema preferido pela autoridade nacional para a organização das funções da AP (MEF); não só pela introdução do termo *activity*, fundamental para o desenvolvimento de esquemas funcionais de classificação, mas também pelo facto de afastar-se da tentação que representam os esquemas baseados na estrutura organizativa das instituições, pouco persistentes a médio e longo prazos, aproximando-se das funções, isto é, do que se faz e para que se faz. Resulta assim óbvio ser esse o caminho certo no desenvolvimento de um esquema de classificação para a AP.

Um outro instrumento de enorme relevância, concretizado por grupos de trabalho coordenados pela DGLAB e por ela disponibilizados, é a Lista Consolidada [LC]. A LC é uma estrutura hierárquica de classes que representam as funções, as subfunções e os processos de negócio executados pela AP, contemplando a sua designação, descrição e avaliação. Tem como objetivo servir de referencial para o desenvolvimento de instrumentos organizacionais ou pluriorganizacionais para a classificação e a avaliação da informação pública (Lourenço *et al.*, 2019a).

Ainda, mais recentemente, em 2015-2016, integrado no PAEIS e dando continuidade ao MIP, à MEF e à LC, vem à luz o projeto intitulado

Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA), também coordenado pela DGLAB e inspirado no trabalho pioneiro realizado nos Arquivos Nacionais do Canadá¹⁴, no âmbito da macroavaliação. De modo sumário, diremos que o projeto ASIA permite associar a classificação funcional à avaliação, ao determinar os prazos de conservação e o destino final dos documentos, com as devidas justificações. Trata-se de um instrumento ambicioso, único e comum de avaliação da documentação produzida pela AP.

A lógica que governa o modelo é a de que a avaliação suprainstitucional da informação arquivística atribui características igualmente suprainstitucionais ao processo de negócio, que, neste caso, assume um papel central no trabalho arquivístico. Aqui, verifica-se um cruzamento fértil do projeto ASIA com a LC, ao integrarem-se às decisões de avaliação à informação constante dos processos de negócio que a compõem, determinando-se os prazos de conservação administrativa e o destino final e adicionando-se a distinção entre donos e participantes dos processos. Tal nomenclatura será imprescindível para diferenciar papéis, atribuindo aos primeiros, no âmbito do destino final, a responsabilidade pela guarda e preservação da informação inteira e completa, necessária à compreensão dos documentos no presente e no futuro e, aos segundos, o seguimento desses mesmos processos.

Por fim e no desenrolar de todo esse longo caminho, surge o projeto Classificação e Avaliação da Informação Arquivística [CLAV], que vem permitir a concretização do trabalho iniciado com o MIP, a MEF e a LC. A CLAV, enquanto plataforma *online* resultante¹⁵, vem possibilitar que as diferentes entidades da AP que aderiram ao PAEIS tenham acesso a um conjunto de instrumentos transversais para a classificação e a avaliação da informação produzida e recebida nos organismos públicos. Ela surge como Projeto “M51-CLAV – Arquivo digital: Plataforma modular de classificação e avaliação da informação pública”, no percurso da modernização administrativa do país, inserida no programa *Simplex+*, programa que tem como ob-

¹⁴ O BASCS ou *business activity structure classification system* é um *classification system developed and designed at the National Archives of Canada that looks at functions in terms of policies, practices, and initiatives* (SAA, 2023). Este sistema “tem uma hierarquia de três elementos destinada a caracterizar os contextos de negócio organizacional: função, subfunção, atividade” (Sousa, 2022, p. 14).

¹⁵ Consultável em: <https://clav.dglab.gov.pt/>

jetivo simplificar e desmaterializar os processos administrativos (Lourenço; Ramalho; Gago; Penteado, 2019b). Para além de estar disponível para as entidades públicas, pretende ser uma plataforma em acesso aberto promovendo, desta forma, a transparência e a cidadania no contexto da AP¹⁶. Pela sua relevância, será objeto de nossas análises, no ponto que se segue.

4. CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO À LUZ DOS PROCESSOS DE NEGÓCIO: POR UMA GESTÃO DA INFORMAÇÃO EFICAZ NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA

Do estudo que realizamos e tendo em conta os objetivos pretendidos, consideramos serem os termos “processo de trabalho” e “processo de negócio” usados como sinónimos, nalguns contextos, ou quase-sinónimos, noutras. Por isso mesmo será importante apresentar, para um melhor esclarecimento sobre o seu significado, a forma como aparecem descritos em alguns dos documentos reguladores e orientadores da gestão documental¹⁷.

A norma UNE ISO TR/26122:2008 define processo de trabalho¹⁷ como sendo *[u]n o más secuencias de operaciones que se requieren para producir un resultado y que está sujeto a unas determinadas reglas o procedimientos* (Asociación Española de Normalización y Certificación [AENOR], 2008, p.7).

Por sua vez, no documento da DGLAB que fornece as Orientações Básicas para o Desenvolvimento dos 3.ºs níveis em planos de classificação conformes à Macroestrutura funcional “[e]ntende-se (...) um processo de negócio como uma sucessão ordenada de atividades interligadas, desempenhadas para atingir um resultado definido (...)” (Lourenço *et al.*, 2013, p. 11).

¹⁶ A divulgação da LC e das tabelas de seleção através de dados abertos permitirá ainda uma maior conformidade da aplicação dos requisitos de gestão da informação com o Regulamento Geral da Proteção de Dados [RGPD]. Estes instrumentos apoiam a contextualização dos dados pessoais, no âmbito dos respetivos processos de negócio, indicam a finalidade para o seu tratamento e a fundamentação para a sua eliminação ou conservação. (Lourenço *et al.*, 2019b, p. 42)

¹⁷ No original, *proceso de trabajo*. Na língua inglesa, *work process*.

Verificando, de facto, haver uma nítida aproximação entre as definições dadas em ambos os documentos, optamos por seguir o vocabulário preferido pela autoridade arquivística nacional. Consequentemente, deste ponto em diante, usaremos apenas o termo processo de negócio. Quanto ao método para a identificação dos mesmos, observamos que a UNE ISO TR/26122:2008 apresenta duas fases de análise: funcional e sequencial; devendo ambas ser antecedidas por um estudo do contexto em que a organização realiza as suas atividades, em consonância com o que também propõe a NP 4438-1-2:2005.

Ainda, conforme a UNE ISO TR/26122:2008, os objetivos que nos levam à análise funcional e sequencial dos processos de negócios prendem-se com a necessidade de identificar

[...]la relación entre los procesos de trabajo y sus contextos de negocio; la relación entre los procesos de trabajo y las reglas que rigen su aplicación (derivadas del marco reglamentario más relevante); el desglose jerárquico de los procesos de trabajo en sus componentes o partes constitutivas; y la interdependencia secuencial entre procesos de trabajo diferenciados o entre simples operaciones (AENOR, 2008, p. 5).

Nas “Orientações básicas para o desenvolvimento dos 3.ºs níveis em planos de classificação conformes à macroestrutura funcional” são também enumerados os requisitos necessários à identificação dos processos de negócio, que transcrevemos integralmente:

i) o seu enquadramento no âmbito de uma função e subfunção MEF (um processo de negócio não existe isoladamente, tem de ser compreendido numa relação hierárquica, dependente de uma determinada função da Administração); ii) A existência primária de 3 componentes: (1) input e output bem definidos, resultando num produto ou serviço; (2) conjunto estruturado de atividades (ações/atos específicos que devem ser realizados para que o processo seja executado, podendo estar subjacentes a uma tramitação pré-definida); (3) intervenientes para a sua concretização (...)” (Lourenço *et al.*, 2013, p. 16).

Conforme observamos, os processos de negócio encontram-se envoltos nas funções que os determinam, daí resultando o seu enquadramento teórico-metodológico nas classificações funcionais. Para a NP 4438-1:2005, a classificação dos documentos consoante as funções / atividades promove a eficácia na condução de qualquer negócio, apresentando-se como um instrumento indispensável na gestão de documentos de arquivo e com enormes potencialidades para: agregar documentos relacionados à mesma atividade; assegurar a sua designação coerente e a sua recuperação em conjunto; definir regras e níveis de proteção e de acesso a utilizadores; atribuir documentos e responsabilidades sobre documentos; determinar prazos de retenção e conservação (IPQ, 2005a, p.22). Nos seus intentos classificativos, podem as organizações determinar diferentes níveis de controle da classificação [e da informação], em função dos seus objetivos de negócio (IPQ, 2005a, p. 22).

Conforme dissemos mais atrás, Sousa (2022) considera a primeira versão da norma ISO 15489-1, de 2001, como o primeiro instrumento de propagação da abordagem da análise funcional, tendo esta sido complementada pela UNE ISO TR/26122, datada de 2008.

Na aceção terminológica, a *functional classification* é definida no SAA (2024) como *a system for organizing materials on the basis of activity or program (function)*, ou como *[t]he process of placing materials into such a system* (SAA, 2024).

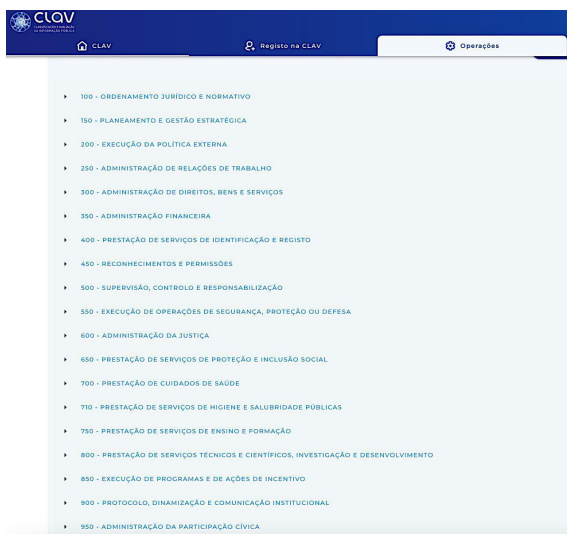
Nesse mesmo sentido e segundo as “Orientações para a aplicação de tabela de seleção derivada da lista consolidada” (Lourenço *et al.*, 2019, p. 11) percebemos que no atual contexto informacional “[a] adoção de um esquema de classificação que assenta nas funções e nas subfunções, bem como nos processos de negócio, impõe-se, cada vez mais, como um pré-requisito para a modelação de sistemas de informação organizacionais” (Lourenço *et al.*, 2019a, p. 11). No glossário desse mesmo documento, a classificação é definida de uma forma muito completa. Trata-se

[d]a operação que visa a organização e representação da informação, tendo em vista a sua recuperação. É também a base para a avaliação da informação, constituindo-se como condição para a eficácia e

a eficiência administrativa. A classificação é suportada por um esquema de classes pré-definidas e por um conjunto de regras ou instruções de aplicação. Permite associar um documento ou uma agregação a uma classe de 3.º ou, quando existente, de 4.º nível de estrutura de classificação fixada na Tabela de Seleção (p. 94).

Para que não subsistam dúvidas fundamentais quanto à sua natureza, aos seus objetivos e à sua aplicabilidade, procuraremos ilustrar os três níveis que compõem a LC proposta para a AP portuguesa, onde será possível visualizar - em diversas circunstâncias - o seu carácter funcional e hierárquico. Assim, a título meramente descritivo, apresentamos, na figura 1, o 1.º nível, constituído por 19 classes, que correspondem às 19 funções identificadas no âmbito da produção documental / informacional da AP, tendo-lhes sido atribuído pelo órgão coordenador, e apenas por ele, um código numérico composto por três dígitos seguido da respetiva designação de classe.

Figura 1 - Esquema ilustrativo de todas as classes identificadas na LC



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

As 19 classes identificadas como 1.ºs níveis de classificação, decompõem-se, num 2.º nível, em 56 diferentes subclasses delas derivadas. Para a identificação dessas diferentes subclasses, são acrescentados mais dois dígitos aos códigos de 1.º nível existentes, dos quais também herdam o n.º identificador, precedidos do sinal de pontuação [.], convencionado para o efeito. Na sequência de figuras a seguir (figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7), podem ser visualizados os 19 níveis e os 56 subníveis, com os respectivos códigos atribuídos pelo órgão coordenador nacional.

Figura 2 - LC. Esquema ilustrativo das classes 100 e 200 e respetivas subclasses



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

Figura 3 - LC. Esquema ilustrativo das classes 250, 300, 350 e respectivas subclasses



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

Figura 4 - LC. Esquema ilustrativo das classes 350, 400, 450, 500 e respectivas subclasses



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

Figura 5 - LC. Esquema ilustrativo das classes 500, 550, 600 e respectivas subclasses



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

Figura 6 - LC. Esquema ilustrativo das classes 650, 700, 710, 750 e respectivas subclasses



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

Figura 7 - LC. Esquema ilustrativo das classes 750, 800, 850, 900, 950 e respectivas subclasses



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

Finalmente, quanto ao 3.º nível de classificação, responsável pela materialização de todos os processos de negócio já identificados, caracterizados e integrados nas respectivas subclasses e classes da LC, refira-se que para compor os respectivos códigos são acrescentados ainda mais três dígitos à codificação herdada dos dois níveis superiores, dos quais encontram-se separados pelo mesmo sinal de pontuação [.]. As designações desses processos (que, no todo, já ultrapassam as mil entidades) correspondem às atividades que representam. Na impossibilidade de visualizarmos cada um desses processos, selecionamos apenas três - 800.20.001, 800.20.002 e 800.20.500 - , que se encontram classificados na classe 800, subclasse 800.20, com os quais ilustraremos a descrição realizada (figura 8).

Figura 8 - LC. Esquema ilustrativo da classe 800, respectivas subclasses e exemplos de processos de negócio



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>

Transpondo o exemplo anterior para um contexto real de aplicação, verificamos que a compreensão da forma como se organiza a LC permite a identificação do processo de negócio acompanhado da sua classificação, uma vez que o 1.º e o 2.º nível da LC (que correspondem, respetivamente, à classe e à subclasse) servem apenas para enquadrar funcionalmente o documento / informação, sendo este, realmente, classificado, enquanto ocorrência, no 3.º nível (o do processo de negócio).

Apesar da complexidade, o exercício de classificar pela LC assente na plataforma CLAV é facilitado pela possibilidade de realizar pesquisas pelo código, pelo título, pelas notas de aplicação e pelos seus exemplos ou pelos termos de índice, conforme a visualização disponível na figura 9. O recurso à “pesquisa avançada” permite que a recuperação da informação seja, em tese, ainda mais eficaz, dada a possibilidade de utilização dos operadores booleanos que são habituais nesses casos.

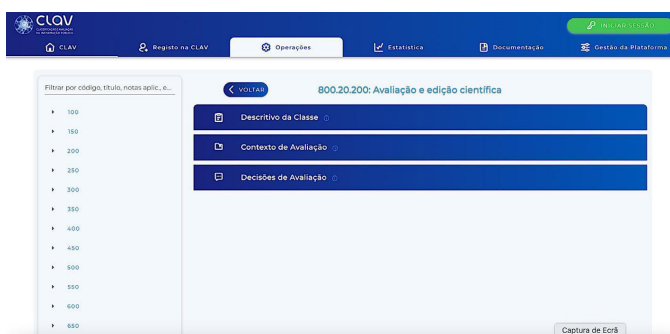
Figura 9 - Apresentação do motor de pesquisa usado para a consulta da LC



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/>

Na figura 10, a seguir, a título exemplificativo, apresentamos o menu inicial dos campos disponíveis para o mesmo processo de negócio 800.20.200: Avaliação e edição científica, pertencente à classe 800, sub-classe 800.20. A este menu acede-se pelo separador “Operações” e após a recuperação do processo de negócio na LC.

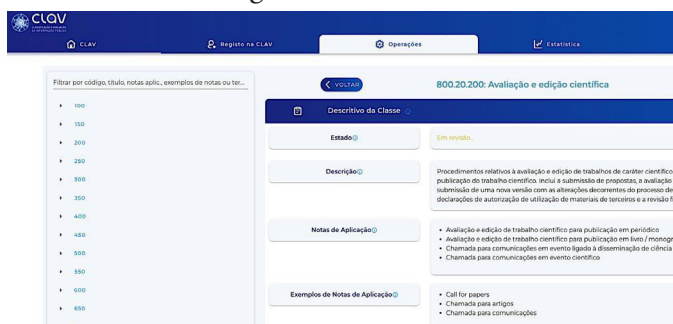
Figura 10 - Apresentação do menu inicial do processo de negócio 800.20.200, na LC



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar/ c800.20.200>

Como se pode visualizar na figura 11, a seguir, os campos “Descrição”, “Notas de aplicação”, “Exemplos de notas de aplicação”, “Notas de exclusão” e “Termos de índice” disponibilizam informação útil, que nos permite identificar e definir o processo de negócio referenciado, distinguindo-o de outros. A “Descrição” “prevê a identificação genérica da sequência de atividades, do início ao termo do processo de negócio” (Lourenço *et al.*, 2019a, p. 96), enquanto os termos de índice, as notas e os exemplos de aplicação ajudam a compreender os casos em que o mesmo poderá ser aplicado, contrastando-se esta informação com as notas de exclusão, cuja função será a de revelar o contrário. No topo do descritivo, e igualmente importante, encontra-se o campo Estado do processo, que poderá estar ativo, inativo ou em revisão, sendo esta última a opção verificada no caso em apreço (figura 11).

Figura 11 - Campo Descritivo da Classe 800, relativo ao processo de negócio 800.20.200



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar/c800.20.200>

Relativamente ao mesmo processo de negócio, na figura 12, evidenciamos, ainda, os campos relacionados com o “Contexto de Avaliação”, que serão os que se referem à Tabela de Seleção [TS] incorporada à LC. Em situações reais, devemos recorrer à informação aí disponibilizada para nos apoiarmos nas nossas decisões nesse âmbito. Para o efeito, será crucial identificar o “Dono do processo”, pois será quem irá conduzir o mesmo, do início ao fim, sendo também o responsável pelo produto final e por ga-

rantir a conservação da informação na sua completude. Também devemos apoiar-nos no campo “Legislação” para enquadrar os respectivos Prazos de Conservação Administrativa [PCA] a considerar, no âmbito do processo de negócio em causa, bem como o seu Destino Final [DF]. Atente-se para a utilidade prática dos campos “Tipo de processo” e “Processos Relacionados”. No que respeita ao primeiro (tipo de processo), este poderá ser comum, quando ocorrer em qualquer entidade pública (DGLAB, 2023), ou específico, se a sua ocorrência for registrada em apenas uma ou algumas dessas entidades; por sua vez, o campo “Processos Relacionados”, apresenta os tipos de relação¹⁸ que o processo de negócio descrito poderá ter com outros, também presentes na LC.

Figura 12 - Campo Contexto de Avaliação da Classe 800, relativo ao processo de negócio 800.20.200

The screenshot displays the CLAV (Cadastro de Legislação e Arquivos) system interface. On the left, a sidebar shows a hierarchical tree of classes, with '800.20' selected. The main area is titled '800.20.200 Avaliação e edição científica'. It contains several input fields and a list of related processes. The 'Processos Relacionados' field is expanded, showing a table with columns for 'Processo' and 'Data'. The table lists several related processes, including '800.20.200 - Avaliação e edição científica' and '800.20.200 - Avaliação e edição científica'.

Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar/ c800.20.200>

Finalmente, na figura 13, podemos identificar o conjunto de elementos informativos que elencam os critérios que subjazem, na TS, à decisão de avaliação: o prazo de conservação administrativa e a sua forma de contagem¹⁹, a justificação da decisão final (conservação ou eliminação) que

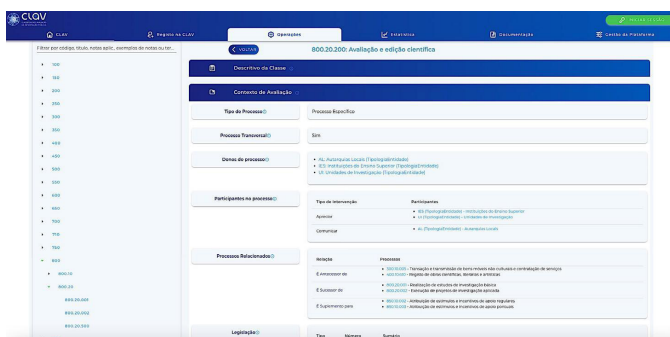
¹⁸ Conforme a CLAV (DGLAB, 2023), os tipos de relação verificáveis entre os processos de negócio são os seguintes: antecessor de; sucessor de; complementar de; cruzado com; síntese de; sintetizado por; suplemento de; suplemento para.

¹⁹ Dependendo do processo de negócio, a contagem do prazo de conservação administrativa pode assumir

irá recair sobre o processo de negócio, terminado o referido prazo. Esta justificação está relacionada com o critério de densidade informacional que se fundamenta na relação entre processos de negócio ou se encontra no seu próprio âmbito e, de acordo com Lourenço *et al.* (2019a, p. 95):

[...] pode manifestar-se das seguintes formas: 1) relação assimétrica de síntese de informação entre PN ou dentro de um PN (...) que implica a identificação da classe que sintetiza a informação e da classe que é sintetizada valorizando a conservação da informação relativa à primeira e a eliminação da segunda; 2) inexistência de síntese de informação de um PN noutro PN, que implica a conservação da informação da classe não recuperável noutra classe.

Figura 13 - Campo Contexto de Avaliação da Classe 800, relativo ao processo de negócio 800.20.200



Fonte: DGLAB (2023). Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar/c800.20.200>

Terminado o exercício prático, onde pretendíamos exemplificar os avanços presentemente alcançados no longo e complexo processo que está por trás da plataforma de classificação e de avaliação da informação pública em Portugal (CLAV) e da lista que a integra (LC), cumpre reforçar o que foi dito mais atrás, ou seja, o seu carácter incremental, como, de resto, será o que ocorre com as outras classificações conhecidas, de onde também deriva

uma das seguintes formas: conforme disposição legal; data de início do procedimento; data de emissão do título; data de conclusão do procedimento; data da cessação da vigência; data de extinção da entidade sobre a qual recai o procedi- mento; data de extinção do direito sobre o bem (Lourenço *et al.*, 2019a).

a aceitação de que a procura da eficácia - e da eficiência - é e será uma tarefa inacabada ou uma meta a atingir; isto, porque a realidade das organizações é dinâmica e multifatorial, sendo a última versão de um trabalho, essencialmente, a sua penúltima versão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações produzem informação e documentos como suporte e evidência da realização das suas atividades, mas os suportes em que essa informação se encontra podem variar de papel para ficheiros em vários formatos, páginas *web* ou bases de dados. A Arquivística Contemporânea, para além de, na classificação e avaliação, valorizar a informação social, também contempla a necessidade de uma adequada gestão e conservação dos documentos nos seus diversos formatos durante o tempo necessário. A mudança dos tempos, da tecnologia e dos modos de gestão fizeram com que o pensamento estratégico integrasse a gestão documental e a gestão documental integrasse os processos de negócio e a gestão da informação (Bustelo Ruesta, 2011).

O “salto epistemológico” da Arquivística, no sentido bachelardiano, teve início na gestão documental e seguiu em direção à gestão da informação, concretizando-se através da conjugação entre os sistemas de informação e os sistemas informáticos de suporte. O “salto epistemológico” para a gestão da informação dá, no fundo, relevo ao uso da informação.

A CLAV, enquanto instrumento incremental e em constante atualização, disponibilizado pela DGLAB, é, por um lado, o resultado de um processo iniciado ainda pela DGARQ com o MIP, mais tarde MEF e em articulação com o projeto ASIA (que consistiu na aplicação da macroavaliação à AP). A LC teve como modelo teórico inspirador a Arquivística Funcional e a nível metodológico o trabalho desenvolvido pelos Arquivos Nacionais do Canadá, tendo sido integrada à plataforma CLAV. Por outro lado, e estando o processo de negócio no fulcro de toda a ação desenvolvida pela gestão documental / informacional, a sua dissecação su-

portada nas análises funcional e sequencial preconizadas pela UNE ISO TR/26122:2008, em articulação com a NP 4438-1-2:2005, permite ver mais e melhor, para além do próprio processo, compreendendo-o numa visão que atravessa as suas múltiplas relações com outros processos e com os diferentes contextos de produção.

O exercício exemplificativo proposto, consubstanciado na visão geral das classes, subclasses e processos de negócio da CLAV, para além de demonstrar a complexidade inerente à classificação e à avaliação da informação de arquivo na AP, também revelou, ainda que indiretamente, porque deduzido da sua observação, quais foram, são e serão os imensos desafios superados e ainda a superar na sua prossecução. Perspectivados pelas lentes da Arquivística Funcional e da Arquivística Integrada, os modelos referenciais propostos proporcionam uma oportunidade para o tratamento dos ativos organizacionais do presente, com vista ao seu acesso, no futuro. A eficácia das organizações depende, e irá depender, dos objetivos individualmente estabelecidos, no que respeita à otimização da gestão da informação de arquivo, sendo as atividades de classificação e de avaliação a ela inerentes funções complementares e não concorrentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p61.

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN. UNE-ISO/TR 26122. *In:* ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN. **Información y documentación:** análisis de los procesos de trabajo para la gestión de documentos. Madrid: AENOR, 2008.

BORGES, Maria Manuel; FREITAS, Maria Cristina Vieira de. Relatos de experiência de Gestão da Informação na Universidade de Coimbra. *In:* DUARTE, Emeide Nóbrega; SILVA, Alzira Karla Araújo da; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; LIRA, Suzana de Lucena; FEITOZA, Rayan Aramis de Brito; ALMEIDA, Cilene Maria Freitas de. **Componentes curriculares do eixo temático da gestão na pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil, Espanha e Portugal.** João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 215-240. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93314>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BUSTELO-RUESTA, Carlota. Los grandes temas relacionados con la gestión de documentos: desafíos y oportunidades. **Profesional de La Informacion**, v. 20, n. 2, p. 129-134, 1 mar. 2011. DOI: 10.3145/epi.2011.mar.01.

BUSTELO-RUESTA, Carlota. La normalización internacional en información y documentación: ¿una historia de éxitos?: el caso de la normalización ISO en gestión de documentos. **Métodos de Informacion**, Valencia, v. 3, n. 4, p. 39-46, 29 jun. 2012. DOI: 10.5557/iime2-n2-039046.

CORUJO, Luís Miguel Nunes. **Avaliação arquivística de informação eletrónica: da emergência teórica ao consenso sobre um modelo**. 2021. 640 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/95276?locale=pt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CUNNINGHAM, Adrian. Describing archives in context: Peter J Scott and the australian 'series' system. In: LEMIEUX, Victoria L. (ed.). **Building trust in information: perspectives on the frontiers of provenance**. [Netherlands]: Springer, 2016. p. 49-57. (Springer Proceedings in Business and Economics).

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS [DGLAB]. **CLAV: classificação e avaliação da informação pública**. Lisboa: DGLLAB, 2023. Disponível em: <https://clav.dglab.gov.pt/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS [DGLAB]. **Início**. Lisboa: DGLLAB, 2023. Disponível em: <https://dglab.gov.pt/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FREITAS, Maria Cristina Vieira de. **A arquivística sob o signo da mudança: cenários arquivísticos (re)desenhados pelo documento eletrônico**. 2010. 778 f. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2010. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/76594>. Acesso em: 17 nov. 2024.

FREITAS, Maria Cristina Vieira de. Gestão Documental. In: FREITAS, Judite A. Gonçalves de; GOUVEIA, Luís Borges; REGEDOR, António Borges (ed.). **Ciência da Informação: contributos para o seu estudo**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2012. p. 158-188.

FREITAS, Maria Cristina Vieira de. **Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança**. Famões: Edições Colibri, 2024.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE. **NP 4438-1:2005: informação e documentação: gestão de documentos de arquivo: parte I: princípios directores**. Caparica: IPQ, 2005a.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE. **NP 4438-1:2005: informação e documentação: gestão de documentos de arquivo: parte II: recomendações de aplicação**. Caparica: IPQ, 2005a.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE. **NP 4041:2005**: informação e documentação: terminologia arquivística: conceitos básicos. Caparica: IPQ, 2005b.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Home**. Geneva: ISO, 2023. Disponível em: <https://www.iso.org/home.html>. Acesso em: 17 dez. 2024.

LANE, Victoria; HILL, Jennie. Where do we come from? What are we? Where are we going?: situating the archive and archivists. In: HILL, Jennie. **The future of archives and recordkeeping**: a reader. London: Ebsco, 2010. p. 3-22.

LOURENÇO, Alexandra; PENTEADO, Pedro. Uma estratégia de intervenção na produção e de melhoria da preservação da informação: o papel da interoperabilidade semântica. In: VAQUINHAS, Nelson; CAIXAS, Marisa; VINAGRE, Helena (ed.). **Da produção à preservação informacional**: desafios e oportunidades. Évora: Publicações do Cidehus, 2017. p. 152-169. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/2563>. Acesso em: 17 dez. 2024.

LOURENÇO, Alexandra; PENTEADO, Pedro; HENRIQUES, Cecília. O desafio da interoperabilidade na gestão dos arquivos da Administração: propostas do órgão de coordenação nacional de arquivos. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11., 2012, Lisboa. **Atas [...]** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. p. 1-10. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/452>. Acesso em: 17 dez. 2024.

LOURENÇO, Alexandra; HENRIQUES, Cecília; PENTEADO, Pedro. **Macroestrutura funcional (MEF)**. Porto: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: https://www.adporto.dglab.gov.pt/ficheiros_a_descarregar/2013-03-28_MEF-v2_0.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

LOURENÇO, Alexandra; MELO, Daniel de; NEVES, Helena; RIBEIRO, Madalena; ANTÓNIA, Natália; PENTEADO, Pedro. **Orientações para a aplicação de Tabela de Seleção derivada da Lista Consolidada**. Lisboa: DGLAB, 2019. Disponível em: https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/10/Orientacoes_aplicacao_TS_20191002.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

LOURENÇO, Alexandra; PEREIRA, Celeste; VIEGAS, Clara; BANDEIRA, Filipa; JANEIRO, Jorge; CHAVES, Maria Jose; AZEVEDO, Rosa; GOMES, Zélia. **Orientações básicas para o desenvolvimento dos 3.ºs níveis em planos de classificação conformes à macroestrutura funcional**. Lisboa: DGLAB, 2013. Disponível em: https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/2013_Orient-3-niveis_PC-MF.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

LOURENÇO, Alexandra; RAMALHO, José Carlos; GAGO, Maria Rita; PENTEADO, Pedro. Plataforma CLAV: contributo para a disponibilização de dados abertos da Administração Pública em Portugal. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 19-44, 2020. DOI: 10.48798/cadernosbad.2047.

MORO CABERO, Manuela ; LLANES PADRÓN, Dunia . La importancia de la normalización para el ejercicio profesional del archivista. **Investigación Bibliotecológica**: archivonomía, bibliotecología e información, México, v. 32, n. 74, p. 193, 22 fev. 2018. DOI: 10.22201/iibi.24488321xe.2018.74.57919.

PENTEADO, Pedro. Gestão de documentos de arquivo na administração pública em Portugal: experiência e desafios. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 121-133, 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/612>. Acesso em: 17 dez. 2024.

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 4/2015, de 1 de julho de 2015. Código do Procedimento Administrativo - CPA. Decreto-Lei n.º 4/2015. **Diário da República**, Lisboa, n. 4, 1 jul. 2015. Série I. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2015-105602322>. Acesso em: 17 dez. 2024.

RIDENER, John. **From polders to postmodernism**: a concise history of archival theory. Duluth: Litwin Books, 2009.

ROBALO, António. Eficácia e eficiência organizacionais. **Revista Portuguesa de Gestão**, Lisboa, n. 2-3, p. 105-116, jan. 1995. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1383>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Modern Archives**: principles and techniques. Chicago: The Society Of American Archivists, 1996.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; MATTOS, Renato de. A construção do pensamento arquivístico: entre textos e contextos. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. p. 27-39.

SILVA, Carlos Guardado da. O papel da arquivística na gestão da qualidade das organizações. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 2., 2080, Maputo. **Anais** [...] Maputo: 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/5121065/O_Papel_da_Arquiv%C3%ADstica_na_Gest%C3%A3o_da_Qualidade_das_Organiza%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, Maria Juliana Nunes da; PARRELA, Ivana Denise. O Arquivo Nacional da Austrália e as práticas de avaliação de documentos de arquivo. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2012>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Dictionary of Archives Society of American Archivists**. 2024. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1809>. Acesso em: 19 dez. 2024.

TAYLOR, Hugh A. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, Ottawa, v. 25, p. 12-28, Winter 1987. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11451>. Acesso em: 19 dez. 2024.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93669>. Acesso em: 19 dez. 2024.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Enancib, 2010. p. 1-21. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/176886>. Acesso em: 19 dez. 2024.